

**CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE CARGOS
DO QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL**

EDITAL 01/2022



JUSTIÇA DO TRABALHO
T RT da 3ª Região (MG)

C A D E R N O D E P R O V A S

CADERNO

201

Cargo / Área / Especialidade

- **Analista Judiciário – Judiciária –
Oficial de Justiça – Avaliador Federal**

QUESTÕES

- **LÍNGUA PORTUGUESA**
- **NOÇÕES DE INFORMÁTICA**
- **LEGISLAÇÃO**
- **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**
- **REDAÇÃO (TEXTO DISSERTATIVO)**

Leia, atentamente, as instruções gerais que se encontram no verso desta capa.

INSTRUÇÕES GERAIS

1. Este caderno de provas contém um total de 60 (sessenta) questões objetivas, sendo 15 de Língua Portuguesa, 5 de Noções de Informática, 10 de Legislação, 30 de Conhecimentos Específicos; e 1 (uma) questão discursiva (Redação). Confira-o.
2. As provas objetivas e discursiva terão duração de **4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos**, incluído o tempo destinado à transcrição das respostas do caderno de questões para as folhas de respostas oficiais.
3. Por motivo de segurança, o candidato somente poderá retirar-se do local da realização das provas depois de 3 (três) horas do seu início.
4. As respostas das questões objetivas e discursivas deverão ser transcritas para a folha de respostas oficial, usando caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
5. Você poderá transcrever suas respostas das questões objetivas para a última folha deste caderno, podendo destacá-la.
6. Na transcrição redação, em caso de erro, não use borracha, não rasure nem use corretivo. Coloque entre parênteses o que deseja que **não seja considerado**, passando um traço duplo sobre o termo, a expressão ou a frase. Exemplo: (~~xyzxyzjxyzxyz~~)
7. Em nenhuma hipótese haverá substituição das folhas de respostas objetivas e discursiva por erro do candidato.
8. Este caderno deverá ser devolvido ao fiscal, juntamente, com as folhas de respostas objetivas e discursiva, devidamente preenchidas e assinadas.
9. Os gabaritos e as questões da Prova Objetiva estarão divulgados no sítio eletrônico da FUMARC <www.fumarc.com.br> no 1º dia útil subsequente ao da realização da prova.
10. **ATENÇÃO:** Transcreva no espaço apropriado na sua Folha de Respostas, com sua caligrafia usual, a seguinte frase:

“Saúde mental se caracteriza pelo equilíbrio das emoções, dos sentimentos e das expectativas em torno de si, dos outros e da vida.”

A comissão organizadora da FUMARC Concursos lhe deseja uma boa prova.

Prezado(a) candidato(a):

Coloque seu número de inscrição e nome no quadro abaixo:

Nº de Inscrição	Nome
<input type="text"/>	<input type="text"/>

ASSINALE A RESPOSTA CORRETA.

PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA

As palavras e as coisas

Antônio Prata

Entre as sugestões que vieram da editora sobre meu novo livro, havia a de trocar "índios" por "indígenas". Sempre fui um defensor do politicamente correto. Algumas mudanças na ética verbal, porém, me parecem contraproducentes.

Em certo momento dos anos 90, "favela" virou "comunidade". "Favelado" era um termo pejorativo e é compreensível que os moradores destas áreas não quisessem ser chamados assim, mas mudar para "morador de comunidade", embora amacie na semântica, não leva água encanada, esgoto e luz para ninguém. Pelo contrário.

A gente ouve "comunidade" e dá a impressão de que aquelas pessoas estão todas de mãos dadas fazendo uma ciranda em torno da horta orgânica, não apinhando-se em condições sub-humanas, sem esgoto, asfalto, educação, saúde.

Talvez fosse bom deixarmos o incômodo nos tomar toda vez que disséssemos ou ouvíssemos "favela" ou "favelados". Nosso objetivo deveria ser dar condições de vida decente praquela gente, não nos sentirmos confortáveis ao mencioná-la.

O mesmo vale para "morador em situação de rua". Parece que o cara teve um problema pra voltar pra casa numa terça, dormiu "em situação de rua" num

ponto de ônibus e na quarta vai retornar ao conforto do lar. É mentira. A pessoa que mora na rua tá ferrada, é alguém que perdeu tudo na vida, até virar "mendigo".

"Mendigo" é um termo horrível não porque as vogais e consoantes se juntam de forma deselegante, mas pelo que ele nomeia: gente que dorme na calçada, revira lixo pra comer, não tem sequer acesso a um banheiro. Mas quando a gente fala "morador em situação de rua" vem junto o mesmo morninho no coração de "comunidade": essa situação, pensamos, é temporária. Vai mudar. Logo, logo, ele estará em outra.

Não, não estará se não nos indignarmos com a indignância e agirmos. Algumas palavras têm que doer, porque a realidade dói. Do contrário, a linguagem deixa de ser uma ferramenta que busca representar a vida como ela é e se torna um tapume nos impedindo de enxergá-la.

Sobre "índios" e "indígenas", li alguns textos. Os argumentos giram em torno do fato de "índio" ter se tornado um termo pejorativo, ligado aos preconceitos que os brancos sempre tiveram com os povos originários da América: preguiçosos, atrasados, primitivos.

Tá certo. Mas o problema, pensei, não tá no termo "índio", tá no preconceito do branco. Outro dia ouvi num podcast americano um escritor judeu indignado porque ele, que sempre chamou os de sua religião de "jews" (judeus), agora tinha que dizer "jewish people" (pessoas judias). Como se houvesse algo de errado em ser judeu, ele disse. Como se a mudança na nomenclatura incorporasse o preconceito, quando deveria ser justamente o contrário, feito os negros americanos dos anos 70 dizendo "say it loud, I'm black and I'm proud!" ("diga alto, sou preto e tenho orgulho!").

Eu estava errado. Fui salvo da ignorância por minha querida prima antropóloga, Florência Ferrari, e pelo mestre Sérgio Rodrigues. "Indígena" vem de "endógeno", aquele que pertence a um lugar. Ou seja: "povos indígenas" dão uma ideia da multiplicidade de etnias que aqui estavam. "Índio" é uma generalização preconceituosa, tipo "paraíba", no Rio, para se referir a qualquer nordestino ou nortista. Maravilha. Sai "índio". Entra "indígena". Viva a Paraíba.

Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/antonioprata/2022/07/as-palavras-e-as-coisas.shtml> (Adaptado) Acesso em: 22 set. 2022,

QUESTÃO 01

Sobre o gênero do texto, é **CORRETO** dizer que se trata de

- (A) editorial.
- (B) um artigo de opinião.
- (C) um relato pessoal.
- (D) um texto dissertativo-argumentativo.
- (E) uma crônica.

QUESTÃO 02

Sobre a constituição do texto, é correto afirmar, **EXCETO**:

- (A) A ideia apresentada no primeiro parágrafo é defendida ao longo do desenvolvimento do texto
- (B) No 1º parágrafo, apresenta-se a tese que será desenvolvida ao longo do texto.
- (C) No último parágrafo, a conclusão contradiz a ideia expressa no parágrafo anterior.
- (D) O uso da 1ª pessoa do singular, em alguns trechos, é incorreto, pois perde-se a credibilidade na fala do locutor.
- (E) Utiliza-se de uma linguagem informal, o que dá ao leitor a ideia de um bate-papo.

QUESTÃO 03

Em todos os trechos, há interlocução, **EXCETO** em:

- (A) “Como se a mudança na nomenclatura incorporasse o preconceito, quando deveria ser justamente o contrário [...].”
- (B) “Do contrário, a linguagem deixa de ser uma ferramenta que busca representar a vida como ela é e se torna um tapume nos impedindo de enxergá-la.”
- (C) “Mas quando a gente fala "morador em situação de rua" vem junto o mesmo morninho no coração de "comunidade" [...].”
- (D) “Não, não estará se não nos indignarmos com a indignância e agirmos.”
- (E) “Talvez fosse bom deixarmos o incômodo nos tomar toda vez que disséssemos ou ouvíssemos "favela" ou "favelados".”

QUESTÃO 04

As palavras destacadas foram corretamente interpretadas entre parênteses, **EXCETO** em:

- (A) “[...] mas mudar para "morador de comunidade", embora amacie na **semântica**, não leva água encanada, esgoto e luz para ninguém.” (sentido das palavras)
- (B) “A gente ouve "comunidade" e dá a impressão de que aquelas pessoas estão todas de mãos dadas fazendo uma ciranda em torno da horta orgânica, não **apinhando-se** em condições sub-humanas.” (aglomerando-se)
- (C) “Como se a mudança na **nomenclatura** incorporasse o preconceito, quando deveria ser justamente o contrário” (vocabulário)
- (D) “Em certo momento dos anos 90, "favela" virou "comunidade". "Favelado" era um termo **pejorativo**.” (vulgar)
- (E) “Não, não estará se não nos indignarmos com a **indigência** e agirmos.” (miséria)

QUESTÃO 05

São sentimentos presentes no texto, **EXCETO**:

- (A) Desconforto.
- (B) Determinação.
- (C) Indignação.
- (D) Ironia.
- (E) Preconceito.

QUESTÃO 06

O que motivou o locutor a escrever o texto foi

- (A) a descoberta de que estava errado com relação à palavra índio, a qual também é uma generalização preconceituosa.
- (B) a discussão gerada devido ao fato de ele usar a palavra índio em seu livro.
- (C) a mudança ocorrida na língua devido às questões relacionadas à ética verbal.
- (D) a não concordância com as mudanças ocorridas na língua devido à ética verbal.
- (E) a vontade de iniciar uma discussão devido ao fato de não concordar com o politicamente correto na língua.

QUESTÃO 07

Com base numa leitura global do texto, é possível fazer as seguintes afirmações, **EXCETO**:

- (A) Ao afirmar que estava errado em relação ao uso da palavra índio, visto que é uma palavra preconceituosa, mostra-se que o autor não se envergonha de errar e faz disso um aprendizado para si e para os seus leitores.
- (B) Ao afirmar que se não nos indignarmos com a indigência e agirmos, a linguagem deixa de ser uma ferramenta que busca representar a vida como ela é e se torna um tapume nos impedindo de enxergá-la, confirma-se a ideia de que trata o texto que é o combate ao preconceito.
- (C) Ao constatar que errou ao usar a palavra índio e foi salvo de sua ignorância por uma prima antropóloga e por um mestre, o autor revela sua tranquilidade em admitir seus erros e corrigi-los em tempo hábil.
- (D) Ao constatar que mudar para "morador de comunidade", embora amacie na semântica, não leva água encanada, esgoto e luz para ninguém, confirma-se a ideia de que algumas mudanças na ética verbal são contraproducentes.
- (E) Ao se referir à palavra "mendigo" como um termo horrível não porque as vogais e consoantes se juntem de forma deselegante, mas pelo que ele nomeia, mostra-se a indignação refletida na fala do autor.

QUESTÃO 08

Há linguagem figurada em:

- (A) “Algumas mudanças na ética verbal, porém, me parecem contraproducentes.”
- (B) “Algumas palavras têm que doer, porque a realidade dói.”
- (C) “Em certo momento dos anos 90, "favela" virou "comunidade".
- (D) “Mas o problema, pensei, não tá no termo "índio", tá no preconceito do branco.”
- (E) “O mesmo vale para "morador em situação de rua".

QUESTÃO 09

A ideia expressa pelos termos destacados está corretamente identificada entre parênteses, **EXCETO** em:

- (A) “[...] mas mudar para "morador de comunidade", **embora** amacie na semântica, não leva água encanada, esgoto e luz para ninguém.” (finalidade)
- (B) “Algumas mudanças na ética verbal, **porém**, me parecem contraproducentes.” (oposição)
- (C) “Como se a mudança na nomenclatura incorporasse o preconceito, **quando** deveria ser justamente o contrário [...]” (tempo)
- (D) “Do contrário, a linguagem deixa de ser uma ferramenta que busca representar a vida **como** ela é e se torna um tapume nos impedindo de enxergá-la.” (comparação)
- (E) “Não, não estará **se** não nos indignarmos com a indignância e agirmos.” (condição)

QUESTÃO 10

Em: “Outro dia ouvi num podcast americano um escritor judeu indignado porque ele, que sempre chamou **os** de sua religião de "jews" (judeus) agora tinha que dizer "jewish people" (pessoas judias).”, **os** é:

- (A) Artigo definido.
- (B) Artigo indefinido.
- (C) Pronome demonstrativo.
- (D) Pronome indefinido.
- (E) Pronome pessoal do caso oblíquo.

QUESTÃO 11

A posição do pronome oblíquo é **facultativa** em:

- (A) "Mendigo" é um termo horrível não porque as vogais e consoantes **se** juntem de forma deselegante.”
- (B) “Do contrário, a linguagem deixa de ser uma ferramenta que busca representar a vida como ela é e **se** torna um tapume nos impedindo de enxergá-la.”
- (C) “Não, não estará se não **nos** indignarmos com a indignância e agirmos.”
- (D) “Nosso objetivo deveria ser dar condições de vida decente praquela gente, não **nos** sentirmos confortáveis ao mencioná-la.”
- (E) “Talvez fosse bom deixarmos o incômodo **nos** tomar toda vez que disséssemos ou ouvíssemos "favela" ou "favelados [...].”

QUESTÃO 12

Em: “Talvez fosse bom deixarmos o incômodo nos tomar toda vez que **disséssemos** ou **ouvíssemos** "favela" ou "favelados", os verbos destacados estão flexionados no:

- (A) futuro do pretérito do indicativo.
- (B) futuro do subjuntivo.
- (C) pretérito imperfeito do indicativo.
- (D) pretérito imperfeito do subjuntivo.
- (E) pretérito perfeito do indicativo.

INSTRUÇÃO

Leia o texto abaixo para responder às questões 13 e 14.



Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CiTyO-AabJ/> Acesso em: 23 set. 2022.

QUESTÃO 13

Observando o anúncio “Aluga-se quarto com banheiro a 8 quadras do centro” e a pergunta feita “Me interessa, mas não tem um com o banheiro mais perto?”, pode-se dizer, **EXCETO** que

- (A) a intenção do anunciante foi anunciar um quarto com um banheiro e indicar onde o imóvel se localizava.
- (B) o duplo sentido gerado pela frase gerou humor, já que é impossível haver um quarto com um banheiro tão distante.
- (C) o fato de ser apenas um quarto no imóvel induz o leitor a pensar que o banheiro não era parte dele, pela distância sugerida na frase em questão.
- (D) o humor do texto foi gerado pelo fato de alguém querer alugar um quarto como o descrito no anúncio.
- (E) o leitor entendeu que o quarto tinha o banheiro em um lugar bem distante do local que seria o alugado.

QUESTÃO 14

Sobre o anúncio: “Aluga-se quarto com banheiro a 8 quadras do centro.”, pode-se dizer que a duplicidade de sentido pode ser desfeita, **EXCETO**

- (A) se colocarmos dois pontos após o termo “aluga-se”.
- (B) se colocarmos vírgula após o termo “quarto com banheiro”.
- (C) se colocarmos vírgulas intercalando o termo “com banheiro”
- (D) se colocarmos vírgulas intercalando o termo “quarto com banheiro”
- (E) se o termo “a 8 quadras do centro” vier no início da frase.

QUESTÃO 15

A crase é facultativa em:

- (A) Ele escreve à Machado de Assis.
- (B) Ele vendeu o apartamento à vista.
- (C) Os rapazes saíram às pressas.
- (D) Vou à casa de meu primo mais tarde.
- (E) Voltaremos para casa até às 19 horas.

PROVA DE NOÇÕES DE INFORMÁTICA**QUESTÃO 16**

Ao acessar a opção “Personalização” na janela “Configurações” do Microsoft Windows 10, versão português, é possível fazer várias configurações personalizadas referentes ao sistema operacional.

Analise as afirmativas abaixo sobre as funcionalidades da opção “Personalização” da janela “Configurações” do Microsoft Windows 10:

- I – Na opção “Tela de fundo” é possível definir o modo “Apresentação de Slides” e selecionar uma pasta contendo imagens que se alternam em um intervalo de tempo.
- II – Na opção “Tela de bloqueio”, é possível escolher um aplicativo para mostrar o status detalhado na tela de bloqueio.
- III – Na opção “Barra de Tarefas”, existe a opção para desativar a lista de aplicativos do “Menu Iniciar”.

Estão **CORRETAS** as afirmativas:

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

QUESTÃO 17

Em relação às opções disponíveis no menu “Apresentação de Slides” do LibreOffice Impress 7.1.6, versão português, correlacione as colunas a seguir:

Ícone	Descrição
I. 	() Configurações da apresentação de slides...
II. 	() Iniciar do slide atual
III. 	() Apresentação de slides personalizada...
IV. 	() Iniciar no primeiro slide

A sequência **CORRETA**, de cima para baixo, é:

- (A) I, II, IV, III.
- (B) II, IV, III, I.
- (C) III, II, I, IV.
- (D) IV, II, I, III.
- (E) IV, III, I, II.

QUESTÃO 18

O LibreOffice Writer 7.1.6, versão português, permite criar malas diretas por meio da opção “Assistente de mala direta...”. Essa opção está disponível por padrão na lista de opções do menu:

- (A) Estilos.
- (B) Inserir.
- (C) Formatar.
- (D) Formulário.
- (E) Ferramentas.

QUESTÃO 19

Considere o exemplo de planilha do LibreOffice Calc 7.1.6, versão português, abaixo com a célula **B1** selecionada.

	A	B
1	Belo Horizonte, MG	MG
2		
3		

A opção **CORRETA** da fórmula contida na célula **B1**, que faz referência ao conteúdo da célula **A1**, que irá gerar o valor “**MG**” na célula **B1**, conforme exibido na figura é:

- (A) =EXT.TEXTO(A1;PROCURAR(", "; A1);2)
- (B) =EXT.TEXTO(A1;PROCURAR(", "; A1)+2;0)
- (C) =EXT.TEXTO(A1;PROCURAR(", "; A1)+2;2)
- (D) =EXT.TEXTO(A1;PROCURAR("MG"; A1);0)
- (E) =EXT.TEXTO(A1;PROCURAR("MG"; A1)+2;2)

QUESTÃO 20

Analise as seguintes afirmativas sobre as opções de envio de e-mail da janela de “Nova mensagem” do Gmail, versão português:

- I – É possível inserir arquivos do Google Drive em uma mensagem.
- II – É possível programar o envio de uma mensagem para uma determinada data e hora.
- III – É possível inserir uma assinatura predefinida em uma mensagem.

Está **CORRETO** o que se afirma em:

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) I e III, apenas.

PROVA DE LEGISLAÇÃO**QUESTÃO 21**

Conforme a legislação brasileira, pessoa com deficiência pode ser considerada capaz?

- (A) Não, toda pessoa com deficiência é presumidamente incapaz.
- (B) Sim, em igualdade de condições com as demais pessoas.
- (C) Sim, mas apenas no que se refere ao trabalho.
- (D) Sim, mas apenas para fins de saúde.
- (E) Toda pessoa com deficiência somente pode exercer direitos por meio de curador.

QUESTÃO 22

Na hipótese de servidor público usar de artifícios para dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, é **CORRETO** concluir que

- (A) a conduta é ilícita, se resultar em dano material.
- (B) não constitui ilícito, se o servidor atuou na esfera de sua competência.
- (C) não constitui ilícito, se o servidor atuou sob ordem de outrem.
- (D) o servidor deve ser demitido por ato imediato e sem direito de defesa.
- (E) se trata de infração ética.

QUESTÃO 23

Para os fins do Código de Ética do TRT3, **NÃO** se consideram presentes:

- (A) Bens imateriais.
- (B) Bens materiais ou imateriais recebidos sem que tenham sido solicitados.
- (C) Brindes que não tenham valor comercial.
- (D) Itens de consumo.
- (E) Valores em pecúnia.

QUESTÃO 24

A autoridade que tiver ciência de irregularidade praticada pelo servidor público do TRT3 que lhe seja subordinado estará obrigada a

- (A) demitir imediatamente o servidor.
- (B) determinar sua imediata apuração, por sindicância ou por processo administrativo disciplinar.
- (C) emitir ofício dirigido ao Ministério Público.
- (D) interrogar o servidor, bem como averiguar pessoalmente, por todos os meios, os fatos a serem apurados.
- (E) oficiar a Presidência do Tribunal.

QUESTÃO 25

A nomeação para cargo em comissão de cônjuge de servidor em atividade, conforme normas regimentais do TRT3, é

- (A) ato discricionário da Administração do Tribunal.
- (B) expressamente permitida.
- (C) expressamente vedada.
- (D) permitida, desde que não haja vínculo hierárquico entre os cônjuges.
- (E) vedada apenas se o cônjuge for magistrado.

QUESTÃO 26

Analise as afirmativas e assinale a que estiver **CORRETA**:

- (A) As vantagens pecuniárias não serão computadas, para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.
- (B) As indenizações se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito.
- (C) É assegurado ao servidor o direito de requerer aos Poderes Públicos, em defesa de direito ou interesse legítimo, desde que o faça por meio de representação de classe.
- (D) É assegurado ao servidor o direito de requerer em defesa de direito ou interesse legítimo, desde que o faça perante sua própria organização administrativa.
- (E) O direito de requerer a autoridades em defesa de seus interesses legítimos é conferido ao servidor apenas se findo o exercício.

QUESTÃO 27

Acerca da possibilidade de retirar documento da repartição onde atua, é **CORRETO** afirmar:

- (A) É permitido que o servidor público o retire, desde que os documentos sejam afetos às suas funções.
- (B) É prerrogativa do servidor.
- (C) É proibido que o servidor o faça em qualquer hipótese.
- (D) É proibido que o servidor o retire, sem prévia anuência da autoridade competente.
- (E) Somente pode ser feito por titulares de cargos de direção.

QUESTÃO 28

O ato de imposição da penalidade a servidor público

- (A) dispensa motivação.
- (B) é irrecorrível,
- (C) mencionará a causa da punição e os fundamentos legais, a critério da autoridade competente.
- (D) mencionará apenas o fundamento legal da sanção.
- (E) mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

QUESTÃO 29

A prática de discriminação pelo servidor do TRT3, em razão de orientação sexual, constitui

- (A) conduta irrelevante em face do regime disciplinar do servidor.
- (B) conduta irrelevante.
- (C) infração a compromisso ético.
- (D) manifestação individual de convicção.
- (E) matéria não prevista nas normas internas do Tribunal.

QUESTÃO 30

Acerca da advertência no regime do servidor público federal, é **CORRETO** afirmar:

- (A) Deve ser aplicada por escrito.
- (B) Dispensa a defesa prévia.
- (C) Não é penalidade.
- (D) Pode ser aplicada verbalmente.
- (E) Tem efeito apenas instrutivo.

**PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS –
OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL**

QUESTÃO 31

Sobre os bens penhoráveis e impenhoráveis, é **INCORRETO** afirmar:

- (A) A impenhorabilidade compreende o imóvel sobre o qual se assentam a construção, as plantações, as benfeitorias de qualquer natureza e todos os equipamentos, inclusive os de uso profissional, ou móveis que guarnecem a casa, desde que quitados.
- (B) Excluem-se da impenhorabilidade os veículos de transporte, obras de arte e adornos suntuosos.
- (C) Na hipótese de o casal, ou entidade familiar, ser possuidor de vários imóveis utilizados como residência, a impenhorabilidade recairá, via de regra, sobre o de menor valor.
- (D) Para os efeitos de impenhorabilidade de que trata a Lei nº 8.009/90, consideram-se residência os imóveis utilizados pelo casal ou pela entidade familiar para moradia permanente e aluguéis comerciais.
- (E) Quando a residência familiar se constituir em imóvel rural, a impenhorabilidade restringir-se-á à sede de moradia, com os respectivos bens móveis.

QUESTÃO 32

Em relação à liquidação de sentença no processo do trabalho, é **CORRETO** afirmar:

- (A) A liquidação deve obedecer aos estritos limites da decisão transitada em julgado, sob pena de afronta ao instituto da coisa julgada e à imutabilidade da decisão.
- (B) As partes deverão ser previamente intimadas para a apresentação do cálculo de liquidação, cabendo, no mesmo prazo concedido às partes, a intimação da União, para apresentar a contribuição previdenciária incidente.
- (C) Elaborada a conta e tornada líquida, o juízo poderá abrir às partes prazo comum de oito dias para impugnação fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão.
- (D) Sendo ilíquida a sentença exequenda, ordenar-se-á, previamente, a sua liquidação, que poderá ser feita por cálculo, por arbitramento, pelo procedimento comum ou por prova pericial.
- (E) Tratando-se de cálculos de liquidação complexos, o juiz poderá nomear perito para a elaboração e fixará, de imediato, antes de iniciar o trabalho, às expensas do executado, o valor dos respectivos honorários com observância, entre outros, dos critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

QUESTÃO 33

Em relação às provas, nos termos da legislação vigente, é **INCORRETO** afirmar:

- (A) A testemunha que for parente até o terceiro grau civil, amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes, não prestará compromisso, e seu depoimento valerá como simples informação.
- (B) As partes e testemunhas serão inquiridas pelo juiz, podendo ser reinquiridas, por seu intermédio, a requerimento das partes, seus representantes ou advogados.
- (C) Em sede de razões finais, antes da sentença, diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo probatório ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, a parte poderá requerer ao juízo a redistribuição do ônus da prova de modo diverso ao que foi realizado. Caso deferido, o magistrado deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído com redesignação de nova audiência.
- (D) O depoimento das partes e testemunhas que não souberem falar a língua nacional será feito por meio de intérprete nomeado pelo juiz. As despesas decorrentes desses depoimentos correrão por conta da parte sucumbente, salvo se beneficiária de justiça gratuita.
- (E) Se a testemunha for funcionário civil ou militar e tiver de depor em hora de serviço, será requisitada ao chefe da repartição para comparecer à audiência marcada.

QUESTÃO 34

Observados os termos da legislação vigente, analise as assertivas abaixo e assinale a **INCORRETA**:

- (A) Ainda que ausente o reclamado, presente o advogado na audiência, serão aceitos a contestação e os documentos eventualmente apresentados.
- (B) É facultado ao empregador fazer-se substituir pelo gerente, ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento do fato, e cujas declarações obrigarão o proponente.
- (C) O não-comparecimento do reclamante à audiência importa o arquivamento da reclamação, e o não comparecimento do reclamado importa revelia, além de confissão quanto à matéria de fato. Na hipótese de ausência do reclamante, este será condenado ao pagamento das custas, salvo se comprovar, no prazo de quinze dias, que a ausência ocorreu por motivo legalmente justificável. A penalidade imposta neste artigo não se aplica aos beneficiários da justiça gratuita.
- (D) Ocorrendo motivo relevante, poderá o juiz suspender o julgamento, designando nova audiência.
- (E) Se, por doença ou qualquer outro motivo poderoso, devidamente comprovado, não for possível ao empregado comparecer pessoalmente, poderá fazer-se representar por outro empregado que pertença à mesma profissão, ou pelo seu sindicato.

QUESTÃO 35

Nos termos da legislação vigente, em relação às custas processuais, no processo do trabalho, é **CORRETO** afirmar:

- (A) A parte que não for beneficiária da justiça gratuita, ao interpor recurso de agravo de petição, deverá comprovar o pagamento das custas fixadas em sede de embargos à execução, sob pena de não conhecimento do recurso, por deserção.
- (B) As custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de 2% (dois por cento), observado o mínimo de R\$ 10,64 (dez reais e sessenta e quatro centavos) e o máximo de duas vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.
- (C) É facultado aos juízes, órgãos julgadores e presidentes dos tribunais do trabalho de qualquer instância conceder, a requerimento ou de ofício, o benefício da justiça gratuita, inclusive quanto a traslados e instrumentos, àqueles que perceberem salário igual ou inferior a 40% (quarenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.
- (D) Quando houver extinção do processo, sem julgamento do mérito, ou julgado totalmente improcedente o pedido, o percentual das custas processuais incidirá sobre o valor que o juiz arbitrar, a ser custeado pela parte reclamada.
- (E) Sempre que houver acordo, o pagamento das custas ficará a cargo do reclamante que possuir justiça gratuita, como forma de evitar o pagamento pelas partes em atenção ao princípio da conciliação.

QUESTÃO 36

De acordo com o entendimento sumulado do TST e do TRT da 3ª Região, sobre o adicional de periculosidade, é **INCORRETO** afirmar:

- (A) É indevido o pagamento do adicional de periculosidade ao vigia.
- (B) O motorista que apenas acompanha o abastecimento de veículo que conduz não tem direito ao pagamento de adicional de periculosidade.
- (C) O pagamento de adicional de periculosidade efetuado por mera liberalidade da empresa, ainda que de forma proporcional ao tempo de exposição ao risco ou em percentual inferior ao máximo legalmente previsto, dispensa a realização da prova técnica.
- (D) Os tripulantes e demais empregados em serviços auxiliares de transporte aéreo que, no momento do abastecimento da aeronave, permanecem a bordo não têm direito ao adicional de periculosidade.
- (E) Tem direito ao adicional de periculosidade o empregado que, exposto permanentemente ao risco, se sujeita a condições nocivas. Indevido, apenas, quando o contato se dá de forma eventual ou intermitente, assim considerado o fortuito, ou o que, sendo habitual, se dá por tempo extremamente reduzido.

QUESTÃO 37

Em relação ao banco de horas e o sistema de compensação e a legislação vigente, é **CORRETO** afirmar:

- (A) É ilícito o regime de compensação de jornada estabelecido por acordo individual tácito, sendo necessário observar a forma escrita, para a compensação no mesmo mês.
- (B) Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho sem que tenha havido a compensação integral da jornada extraordinária, o trabalhador não terá direito ao pagamento das horas extras não compensadas.
- (C) O banco de horas poderá ser pactuado por acordo individual escrito, desde que a compensação ocorra no período máximo de doze meses.
- (D) O não atendimento das exigências legais para compensação de jornada, inclusive quando estabelecida mediante acordo tácito, implica a repetição do pagamento das horas excedentes à jornada normal diária acrescido do respectivo adicional.
- (E) Poderá ser dispensado o acréscimo de salário se, por força de acordo ou convenção coletiva de trabalho, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, a soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias.

QUESTÃO 38

De acordo com entendimento sumulado do TST e do TRT da 3ª Região, é **INCORRETO** afirmar:

- (A) A higienização de instalações sanitárias de uso público ou coletivo de grande circulação e a respectiva coleta de lixo, por não se equipararem à limpeza em residências e escritórios, ensejam o pagamento de adicional de insalubridade em grau médio.
- (B) A manipulação de cimento em obras ou o mero contato com esse produto não enseja, por si só, o pagamento do adicional de insalubridade, ainda que constatada mediante laudo pericial.
- (C) É devido o pagamento de adicional de insalubridade em grau médio a empregado que, embora recepcionista de hospital, exerça suas atividades em contato com pacientes potencialmente infectados ou manuseie objetos de uso destes, não previamente esterilizados.
- (D) Não há qualquer distinção entre o médico e o engenheiro, para efeito de caracterização e classificação da insalubridade e periculosidade, bastando para a elaboração do laudo que seja o profissional devidamente qualificado.
- (E) Tem direito ao adicional de insalubridade o trabalhador que exerce atividade exposto ao calor acima dos limites de tolerância, inclusive em ambiente externo com carga solar.

QUESTÃO 39

Conforme legislação vigente e entendimento sumulado pelo TST, sobre as férias, é **INCORRETO** afirmar:

- (A) Considerando que se trata de interrupção do contrato de trabalho, o período das férias não será computado, para todos os efeitos, como tempo de serviço.
- (B) É vedado o início das férias no período de dois dias que antecede feriado ou dia de repouso semanal remunerado.
- (C) Não será considerada falta ao serviço a ausência do empregado, justificada pela empresa, entendendo-se como tal a que não tiver determinado o desconto do correspondente salário.
- (D) Não terá direito a férias o empregado que, no curso do período aquisitivo, permanecer em gozo de licença, com percepção de salários, por mais de 30 (trinta) dias.
- (E) Salvo na hipótese de dispensa do empregado por justa causa, a extinção do contrato de trabalho sujeita o empregador ao pagamento da remuneração das férias proporcionais, ainda que incompleto o período aquisitivo de 12 (doze) meses.

QUESTÃO 40

Sobre a extinção do contrato de trabalho, conforme legislação em vigor, é **INCORRETO** afirmar:

- (A) Constitui justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador perda da habilitação ou dos requisitos estabelecidos em lei para o exercício da profissão, em decorrência de conduta dolosa ou culposa do empregado.
- (B) No caso de morte do empregador constituído em empresa individual, é facultado ao empregado rescindir o contrato de trabalho.
- (C) O empregado poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização quando praticar o empregador ou seus prepostos, contra ele ou pessoas de sua família, ato lesivo da honra e boa fama.
- (D) Para fins de justa causa, indisciplina é o descumprimento de regras, diretrizes ou ordens gerais de empregador ou de seus prepostos e chefias, impessoalmente dirigidas aos integrantes do estabelecimento ou da empresa.
- (E) Para fins de justa causa, incontinência de conduta consiste na conduta culposa do empregado que atinja a moral, sob o ponto de vista sexual, prejudicando o ambiente laborativo ou suas obrigações contratuais.

QUESTÃO 41

Sobre empregador, grupo econômico e sucessão trabalhista, é **INCORRETO** afirmar:

- (A) A prestação de serviços a mais de uma empresa do mesmo grupo econômico, durante a mesma jornada de trabalho, não caracteriza a coexistência de mais de um contrato de trabalho, salvo ajuste em contrário.
- (B) Caracterizada a sucessão empresarial ou de empregadores, as obrigações trabalhistas, inclusive as contraídas à época em que os empregados trabalhavam para a empresa sucedida, são de responsabilidade do sucessor.
- (C) Não caracteriza grupo econômico a mera identidade de sócios, sendo necessárias, para a configuração do grupo, a demonstração do interesse integrado, a efetiva comunhão de interesses e a atuação conjunta das empresas dele integrantes.
- (D) O sócio retirante responde solidariamente pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até dois anos depois de averbada a modificação do contrato.
- (E) Sempre que uma ou mais empresas, tendo cada uma delas personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, o controle ou a administração de outra, ou ainda quando, mesmo guardando cada uma sua autonomia, integrem grupo econômico, serão responsáveis solidariamente pelas obrigações decorrentes da relação de emprego.

QUESTÃO 42

Constituem objeto ilícito de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho, exclusivamente, a supressão ou a redução dos seguintes direitos, **EXCETO** quanto a:

- (A) aposentadoria.
- (B) banco de horas anual.
- (C) gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.
- (D) licença-maternidade com a duração mínima de cento e vinte dias.
- (E) salário-mínimo.

QUESTÃO 43

Constitui parcela que possui natureza salarial:

- (A) Abonos.
- (B) Ajuda de custo.
- (C) Comissão.
- (D) Diárias para viagem.
- (E) Prêmio.

QUESTÃO 44

Em relação ao direito de greve, é **INCORRETO** afirmar:

- (A) As manifestações e os atos de persuasão utilizados pelos grevistas não poderão impedir o acesso ao trabalho nem causar ameaça ou dano à propriedade ou à pessoa.
- (B) Durante a greve, o sindicato ou a comissão de negociação, mediante acordo com a entidade patronal ou diretamente com o empregador, manterá em atividade equipes de empregados com o propósito de assegurar os serviços cuja paralisação resultem em prejuízo irreparável, pela deterioração irreversível de bens, máquinas e equipamentos, bem como a manutenção daqueles essenciais à retomada das atividades da empresa quando da cessação do movimento.
- (C) É vedado aos grevistas arrecadação de fundos destinados ao movimento.
- (D) É vedado às empresas adotar meios para constranger o empregado ao comparecimento ao trabalho, bem como capazes de frustrar a divulgação do movimento.
- (E) Nos serviços ou atividades essenciais, os sindicatos, os empregadores e os trabalhadores ficam obrigados, de comum acordo, a garantir, durante a greve, a prestação dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

QUESTÃO 45

Sobre a estabilidade provisória do dirigente sindical, segundo o entendimento consolidado do TST **NÃO** é correto afirmar:

- (A) É assegurada a estabilidade ao empregado que realiza o registro de sua candidatura a cargo de dirigente sindical durante o período de aviso prévio, ainda que indenizado.
- (B) É assegurada a estabilidade provisória ao empregado dirigente sindical, ainda que a comunicação do registro da candidatura ou da eleição e da posse seja realizada fora do prazo legal, desde que a ciência ao empregador, por qualquer meio, ocorra na vigência do contrato de trabalho.
- (C) Fica vedada a dispensa do empregado sindicalizado ou associado, a partir do momento do registro de sua candidatura a cargo de direção ou representação de entidade sindical ou de associação profissional, até 1 (um) ano após o final do seu mandato, caso seja eleito inclusive como suplente, salvo se cometer falta grave devidamente apurada nos termos desta Consolidação. Fica limitada a estabilidade a sete dirigentes sindicais e igual número de suplentes.
- (D) Havendo extinção da atividade empresarial no âmbito da base territorial do sindicato, não há razão para subsistir a estabilidade.
- (E) O empregado de categoria diferenciada eleito dirigente sindical só goza de estabilidade se exercer na empresa atividade pertinente à categoria profissional do sindicato para o qual foi eleito dirigente.

QUESTÃO 46

A decisão vinculante proferida pelo Supremo Tribunal Federal obriga

- (A) apenas o Poder Judiciário.
- (B) demais Agentes e órgãos do Poder Judiciário e a Administração Pública.
- (C) demais Agentes e órgãos do Poder Judiciário, a Administração Pública e o Poder Legislativo.
- (D) demais Agentes e órgãos do Poder Judiciário, a Administração Pública e o próprio Supremo Tribunal.
- (E) o Poder Judiciário, incluindo o próprio Supremo.

QUESTÃO 47

Acerca do direito de petição, é **CORRETO** afirmar que

- (A) a autoridade a quem se dirige pode se recusar a responder, sob a alegação de inexistência de Lei que a regulamente.
- (B) a garantia é oponível a qualquer autoridade pública ou a quem lhe faça as vezes.
- (C) a garantia obriga apenas as autoridades da Administração Pública.
- (D) a resposta devida em face da garantia não exige a forma escrita.
- (E) requer representação por advogado para ser exercida.

QUESTÃO 48

O acesso do indivíduo a informações públicas se expressa como

- (A) direito executável apenas após a regulamentação legal exigida.
- (B) direito individual de conhecer informações públicas, segundo o qual a publicidade é a regra.
- (C) direito sujeito à comprovação da necessidade da informação para fins individuais.
- (D) exceção à regra do sigilo.
- (E) isento de controle jurisdicional, porque o acesso é decisão administrativa discricionária.

QUESTÃO 49

As garantias processuais previstas no Art. 5º da Constituição da República de 1988 são de titularidade e exercitáveis por

- (A) apenas por brasileiros e estrangeiros residentes.
- (B) apenas por pessoas físicas.
- (C) por qualquer pessoa, desde que, em regra, sejam regulamentadas em Lei.
- (D) qualquer pessoa sob a autoridade do Estado Brasileiro, ainda que seja estrangeiro não residente.
- (E) quem seja parte em processo judicial, mas não em processo administrativo.

QUESTÃO 50

Normas constitucionais invocadas por titulares de direitos são aplicáveis por Juiz ou Tribunal

- (A) somente se houver regulamentação legal.
- (B) se não houver lei acerca da matéria.
- (C) se a competência for do plenário ou órgão especial de Tribunal.
- (D) diretamente ao caso.em regra.
- (E) apenas se o caso exigir controle de constitucionalidade.

QUESTÃO 51

Um bem é necessariamente **impenhorável** se

- (A) for de propriedade de ente da Administração Pública Direta, desde que esteja afetado.
- (B) for de propriedade de qualquer das pessoas da Administração Direita e Indireta.
- (C) for de propriedade de uma autarquia.
- (D) pertencer a empresa privada contratada pela União.
- (E) titularizado por empresa prestadora de serviço público, independente de sua aplicação.

QUESTÃO 52

A requisição administrativa exige o seguinte pressuposto de validade:

- (A) Competência expressamente prevista em Lei.
- (B) Indenização prévia,
- (C) Ofício requisitório.
- (D) Perigo público iminente.
- (E) Processo administrativo.

QUESTÃO 53

Um bem privado sujeito a ação de desapropriação pode ser objeto de disputa por posse ou propriedade, PORÉM,

- (A) a ação de desapropriação deve ser suspensa até o deslinde dos direitos sobre o bem.
- (B) a ação entre os particulares tem relação de continência com a ação de desapropriação.
- (C) a Administração não pode pedir imissão na posse.
- (D) os direitos controversos são decididos em ação autônoma, à disposição da qual devem ser depositadas as parcelas indenizatórias.
- (E) os direitos controversos sobre o bem são decididos na própria ação de desapropriação, o que resulta na vedação de pagamento de qualquer parcela indenizatória até o deslinde da disputa.

QUESTÃO 54

Acerca dos pagamentos devidos pela Administração Pública às empresas com as quais contrate, é **CORRETO** afirmar que

- (A) configuram vantagem indevida, se o contrato for maculado por ilicitude, ainda que a prestação tenha sido efetivamente entregue.
- (B) não podem ser objeto de satisfação pela própria Administração Pública, para pagamento de danos causados pelo contratado na execução do contrato.
- (C) os valores pagos mantêm a qualidade de recurso público até o fim do contrato.
- (D) podem ser objeto de inadimplência irrestrita por parte da Administração.
- (E) uma vez efetuado o pagamento, os valores em pecúnia se tornam recursos privados.

QUESTÃO 55

O servidor público que causar dano no exercício da função é responsável

- (A) a critério de seu superior hierárquico.
- (B) apenas na esfera administrativa.
- (C) civilmente, na medida de sua culpa.
- (D) independente de culpa.
- (E) objetivamente perante a vítima.

QUESTÃO 56

Acerca do efeitos da revelia em desfavor da Administração Pública, é **CORRETO** afirmar:

- (A) A matéria não se submete às prerrogativas da Administração Pública em juízo.
- (B) Alcançam a Administração Pública irrestritamente.
- (C) Alcançam a Administração Pública, inclusive, nas ações de controle.
- (D) Aplicam-se à Administração Pública nos termos do Código de Processo Civil vigente.
- (E) Não alcançam as pessoas jurídicas de direito público.

QUESTÃO 57

NÃO cabe mandado de segurança na seguinte hipótese:

- (A) Ato administrativo proferido por Presidente de Tribunal no curso de licitação.
- (B) Ato administrativo, discricionário, em razão de nulidade por vício de competência.
- (C) Ato disciplinar.
- (D) Decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo.
- (E) Lei de efeito concreto.

QUESTÃO 58

Acerca do servidor que fizer jus à indenização de transporte, é **CORRETO** afirmar:

- (A) É permitida a concessão, cumulativamente, de passagens e auxílio-transporte.
- (B) É prerrogativa inerente ao servidor público.
- (C) É vedada a incorporação da indenização de transporte a vencimentos, remuneração, provento ou pensão.
- (D) Não impede o acúmulo com o uso de veículo oficial para execução de serviço externo.
- (E) Trata-se de parcela remuneratória.

QUESTÃO 59

Reputa-se ato jurídico **perfeito** ato já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que :

- (A) se efetuou.
- (B) se efetuou, restrito ao direito civil.
- (C) se efetuou, restrito ao direito privado.
- (D) seja alegado.
- (E) seja controlado.

QUESTÃO 60

Fundações possuem personalidade jurídica

- (A) de direito privado, conforme o Código Civil, instituídas, mediante dotação patrimonial de origem privada.
- (B) de direito privado, independente de quem as institua.
- (C) de direito público, independente de quem as institua.
- (D) de personalidade híbrida, se híbrida fora a dotação patrimonial.
- (E) privada ou pública, conforme a vontade do instituidor.

PROVA DISCURSIVA - REDAÇÃO**Texto 1**

“Sempre fui um defensor do politicamente correto. Algumas mudanças na ética verbal, porém, me parecem contraproducentes.

Em certo momento dos anos 90, "favela" virou "comunidade". "Favelado" era um termo pejorativo e é compreensível que os moradores destas áreas não quisessem ser chamados assim, mas mudar para "morador de comunidade", embora amacie na semântica, não leva água encanada, esgoto e luz para ninguém. Pelo contrário.”

Texto 2

Disponível em: <https://cantinholiterariososriosdobrasil.wordpress.com/2015/07/13/politicamente-correto-armandinho-tirinha-de-alexandre-beck/>

Acesso em: 23 set. 2022.

Após a leitura dos textos e refletindo sobre o tema em questão, escreva um texto **dissertativo-argumentativo** em que você se posicione sobre o uso de determinadas palavras politicamente corretas em nossa língua.

Para isso, analise o texto 1 e relacione-o às ideias expostas no texto 2.

Não copie fragmentos dos textos.

Seu texto deverá ter de 20 a 30 linhas.

Dê um título ao seu texto.

RASCUNHO DA REDAÇÃO

01
02
03
04
05
06
07
08
09
10
11
12
13
14
15

16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30

**CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE CARGOS
DO QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL**

EDITAL 01/2022

PARA VOCÊ DESTACAR E CONFERIR O SEU GABARITO.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	

13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	

25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	

37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	

49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

**ATENÇÃO:
AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA
VIRAR O CADERNO DE PROVAS.**

